

Área social receberá Cz\$ 75 bilhões até 89

Brasília — O plano de metas do governo para o período de 1986 a 1989 prevê o total de Cz\$ 75 bilhões, só no próximo ano, para aplicação na área social, que terá prioridade dentro das ações promovidas pelos órgãos federais, em detrimento das obras de infra-estrutura nos setores de transportes e irrigação, que sofrerão cortes substanciais em relação às propostas apresentadas pelos ministérios.

O Ministério da Reforma Agrária também não verá atendida sua pretensão de promover o assentamento de 1 milhão 400 mil famílias até o final do governo José Sarney e o Ministério do Planejamento só deverá autorizar a liberação de recursos necessários para assentar 400 mil famílias nos próximos quatro anos.

— Estamos trabalhando com metas realistas e viáveis — justificou um dos técnicos da Seplan, responsáveis pela confecção definitiva do plano de metas, que estará concluído amanhã, para ser entregue na segunda-feira ao presidente Sarney. Segundo o técnico, estão sendo efetivados cortes globais nas propostas apresentadas por praticamente todos os Ministérios.

O plano do governo se divide em cinco áreas básicas: nordeste, indústria, agricultura, aspectos macroeconômicos e investimentos oficiais (em programas sociais e obras de infra-estrutura e insumos básicos). Os projetos agropecuários e industriais do governo buscam viabilizar e incentivar a produção de alimentos básicos e de bens de consumo popular, estimulando, sobretudo, a criação de micros e pequenas empresas (através de um programa complexo de apoio aos empresários, que envolve redução de taxas de juros para crédito e alterações na legislação). Outra meta é promover o desenvolvimento da indústria de base, necessária ao aprimoramento tecnológico para reduzir as importações.

Na área de infra-estrutura, o governo vai investir pesado nos setores de energia elétrica e telecomunicações, para proporcionar o crescimento da economia do país e estimular a atividade privada. A grande preocupação do governo, nessas áreas, reside na maneira ideal de financiar esses investimentos.

A economista Maria da Conceição Tavares, assessora do Ministro do Planejamento, disse ontem, após despachar com João Sayad, que não estão afastados, para viabilizar os investimentos, o lançamento de mais ações das estatais, novas capitalizações promovidas pelo Tesouro e até mesmo a criação de um empréstimo compulsório que incidirá sobre as tarifas e serviços das empresas dos grupos em questão.

Para a aquisição de equipamentos, viaturas, construções de delegacias, treinamento de pessoal e modernização dos institutos de pesquisa na área de criminalística, o Ministério da Justiça vai dispor de cerca de Cz\$ 1 bilhão 100 milhões, em 1987, e valores semelhantes nos dois anos subsequentes.

Para a construção de colônias agrícolas, penitenciárias e treinamento de pessoal do sistema penitenciário, a Seplan deverá liberar recursos de Cz\$ 110 milhões (em 1987), Cz\$ 400 milhões (em 1988) e mais de Cz\$ 1 bilhão (em 1989).